

Congresso atua em marcha lenta

Desde o início da atual legislatura, o Congresso está praticamente parado. Até o momento, de projetos importantes, Câmara e Senado só aprovaram as propostas que limitam os salários dos deputados estaduais a 75% dos subsídios dos federais, o reajuste dos servidores e a criação da Secretaria Geral do Governo.

Na primeira quinzena de março, os líderes partidários da Câmara definiram uma pauta de onze projetos prioritários para serem apreciados neste primeiro semestre. Nenhum foi votado e, conforme acredita grande parte dos deputados, a metade não deverá ser colocada em pauta, antes das eleições municipais de outubro.

Entre estes, está o projeto que prevê a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Prioritário desde março de 90, a proposta é repelida pela maioria dos parlamentares que representam os empresários. "É que muitos patrões são contrários à transparência da contabilidade das empresas, segundo está previsto na matéria", justifica o deputado Carlos Alberto Campista (PDT-RJ), relator do substitutivo ao projeto do Governo.

O imposto que taxa as grandes fortunas e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por exemplo, são matérias que tramitam desde 88 e com poucas chances de

aprovação. O primeiro tem em contrário todo o bloco do BEM (Bloco de Economia Moderna), formado por cerca de 130 parlamentares, quase todos ex-integrantes do Centro — grupo conservador que atuou ativamente na Constituinte — liderado pelos ex-ministros Delfim Netto (PDS-SP), Roberto Campos (PDS-RJ) e Francisco Dornelles (PFL-RJ). Isto também ocorre com relação à LDB, que por não ter o apoio do segmento conservador, sofre constante obstrução.

A participação da iniciativa privada na operação de energia elétrica, abastecimento, rodovias e outras áreas, por sua vez, tem a rejeição dos partidos oposicionistas. (S.B.)